



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de produtos de panificação, chocolate em pó e proteínas, destinados ao atendimento das necessidades alimentares da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS), unidade integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo de contratação.

1.2.	Requisitante:	Gerência de Proteção Social Especial
1.3.	Fundamentação legal:	Dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
1.4.	Período:	<ul style="list-style-type: none"> ● A entrega dos itens seguirá o seguinte cronograma, conforme capacidade de armazenamento da unidade, perecibilidade dos produtos e orientação da nutricionista responsável: ● Pão francês: entrega diária, devido à elevada perecibilidade do produto; ● Demais pães (integral, sem glúten/lactose, forma refinado, bisnaga, brioche): entregas semanais, conforme programação e demanda do equipamento; ● Produtos estocáveis (chocolate em pó): entregas mensais, totalizando três (3) remessas durante o período contratual de três meses; ● Proteínas (carnes bovinas, aves, suína e peixe): entregas mensais, em no mínimo cinco (5) remessas por mês, conforme cronograma estabelecido na memória de cálculo e aprovado pela nutricionista.
1.5.	Tipo	Menor preço unitário por item , nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei 14.133/2021).

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de **produtos de panificação, produtos estocáveis (chocolate em pó) e proteínas** (carnes bovinas, aves, suínas e peixe), destinados à composição dos lanches, desjejuns, refeições principais e ceias das crianças, adolescentes e servidores da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – CAIVS, conforme as condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência e demonstradas na tabela abaixo.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE
		ESTOCÁVEIS		



1	463546	Chocolate em pó tradicional Apresentação: pó solúvel. Características: produto pronto para consumo, próprio para preparo de bebidas e receitas, com registro no órgão competente, data de fabricação e	PACOTE	72
---	--------	--	--------	----

		validade impressas na embalagem. Embalagem: original do fabricante, lacrada, com peso líquido mínimo de 200g.		
		PANIFICAÇÃO		
2	460403	Pão Base: de farinha de trigo integral. Tipo: de forma. Apresentação: fatiado. Tipo embalagem: embalagem plástica com peso de 500g, contendo descrição e característica do produto.	PACOTE	70
3	620868	Pão Sem glúten e Sem lactose. Tipo: de forma. Apresentação: fatiado. Tipo embalagem: embalagem plástica original com peso de 500g, contendo descrição e característica do produto.	PACOTE	12
4	460402	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo: de forma. Tipo adicional: de leite. Apresentação: fatiado. Tipo embalagem: embalagem plástica original com peso de 500g, contendo descrição e característica do produto.	PACOTE	542
5	460380	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo: tipo francês/branco/de sal. Com peso mínimo de 50g a unidade	QUILO	271
6	469442	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo adicional: brioche. Tipo de milho. Em embalagem plástica original, com peso mínimo de 300g, contendo descrição e característica do produto - isento de gordura trans.	PACOTE	647
7	460391	Pão Base: de farinha de trigo refinada. Tipo: doce. Tipo adicional: bisnaga. Ingredientes adicionais: cobertura creme de confeitiro. (Com peso mínimo de 50g a unidade).	QUILO	33
		PROTEÍNA		
8	451059	Carne bovina in natura Tipo corte: patinho. Apresentação: moída. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	100
9	447449	Carne bovina in natura Tipo corte: patinho. Apresentação: fatiada em bife. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	80
10	447441	Carne bovina in natura Tipo corte: lagarto plano. Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	120
11	447496	Carne bovina in natura Tipo corte: músculo. Apresentação: cortada em cubos. Estado de conservação: resfriado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	120

12	447734	Carne salgada Tipo corte: ponta de agulha - charque. Origem: bovina. Apresentação: em mantas. Estado de conservação: seco(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	30
13	447626	Carne de ave in natura Tipo animal: frango. Tipo corte: coxa e sobrecoxa. Apresentação: inteiro. Estado de conservação: resfriado(a). Processamento: sem pele, com osso. Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	220
14	447594	Carne de ave in natura Tipo animal: frango. Tipo corte: peito. Apresentação: filé. Estado de conservação: congelado(a). Processamento: sem pele, sem osso. Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	400
15	447518	Carne suína in natura Tipo corte: lombo. Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	150
16	448897	Peixe in natura Variedade: merluza. Tipo corte: filé. Apresentação: sem pele. Estado de conservação: congelado(a). Embalagem original contendo a descrição e características do produto. Atendendo a legislação vigente.	KG	130

2.2. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, conforme o disposto no **Decreto Municipal nº 1.746/2022**.

2.3. O **prazo de vigência da contratação** será **imediato**, contado a partir da emissão da nota de empenho, sendo previstas **entregas parciais** conforme cronograma definido pela nutricionista responsável e conforme a natureza dos produtos (diária, semanal ou mensal).

2.4. O fornecimento dos bens é enquadrado como **não contínuo**, considerando a natureza e a periodicidade de consumo.

2.5. A presente aquisição caracteriza-se como de **bens comuns**, nos termos do **artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021**, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, assegurando clareza na descrição e ampla competitividade entre fornecedores.

2.6. A contratação será realizada mediante **Dispensa Eletrônica de Licitação**, conforme o **artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista que o valor estimado se enquadra nos limites legais para essa modalidade. Essa forma de seleção visa assegurar **celeridade, eficiência e economicidade** na aquisição, em conformidade com os princípios da **legalidade, transparência e impessoalidade** que regem a Administração Pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aquisição de **produtos de panificação, estocáveis (chocolate em pó) e proteínas diversas (carnes bovinas, suínas, aves e peixe)**, destinados ao preparo das refeições diárias oferecidas pela Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS), equipamento integrante da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Esses itens são indispensáveis para assegurar o abastecimento contínuo e adequado do serviço, garantindo condições básicas para o atendimento integral de crianças e adolescentes em medida protetiva.

3.2. Os produtos solicitados são essenciais para garantir a **regularidade, segurança alimentar, qualidade nutricional e variedade** dos desjejuns, lanches, refeições principais e ceias servidos diariamente às crianças e adolescentes acolhidos, bem como aos funcionários que compõem a equipe técnica e operacional da unidade. A adequada oferta desses alimentos contribui diretamente para o crescimento, desenvolvimento, saúde, desempenho diário e bem-estar dos beneficiários, além de assegurar o cumprimento das recomendações nutricionais e das diretrizes estabelecidas pelo SUAS.

3.3. A aquisição visa assegurar a **manutenção da oferta de alimentação adequada e saudável**, conforme preconizado pelo **Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)** e pelas **diretrizes do SUAS**, além de prevenir a descontinuidade no fornecimento de gêneros alimentícios indispensáveis ao bem-estar e desenvolvimento dos acolhidos.

3.4. A **fundamentação detalhada da necessidade da contratação** e a **memória de cálculo dos quantitativos** encontram-se descritas em **tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, parte integrante e apêndice deste Termo de Referência, elaborada com base em:

- Capacidade de acolhimento da unidade (40 acolhidos + 20 servidores = 60 beneficiários diretos);
- Estrutura de cardápio e gramaturas médias por refeição;
- Frequência de consumo diário e semanal;
- Margem de segurança para variação de cardápio e reposição de estoque;
- Planejamento nutricional elaborado pela profissional responsável pela alimentação institucional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A solução proposta consiste na **aquisição de gêneros alimentícios dos grupos de panificação, estocáveis (chocolate em pó) e proteínas diversas (carnes bovinas, suínas, aves e peixe)**, com o objetivo de garantir o abastecimento contínuo e adequado da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – CAIVS. A contratação visa atender de forma plena às necessidades nutricionais, operacionais e de segurança alimentar do serviço de acolhimento, assegurando a oferta regular das refeições diárias destinadas às crianças, adolescentes e equipe da unidade.

4.2. O ciclo de vida do objeto envolve as etapas de **planejamento, aquisição, recebimento, armazenamento, consumo e controle de qualidade**, observando-se as boas práticas de manipulação e conservação dos alimentos.

4.3. A análise técnica realizada identificou que a **forma mais eficiente e vantajosa** para atender à demanda é a **realização de procedimento de Dispensa Eletrônica de Licitação**, fundamentada no art.

75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, utilizando como critério de julgamento o **menor preço unitário por item**.

4.4. Tal modalidade assegura **celeridade, competitividade, economicidade e transparência**, permitindo o atendimento imediato das necessidades da unidade, sem prejuízo da qualidade nutricional e da regularidade no fornecimento dos produtos alimentícios.

4.5. A execução contratual considerará as características específicas do ciclo de consumo dos alimentos, especialmente quanto à **perecibilidade dos produtos de panificação** e à **maior durabilidade dos estocáveis**, garantindo a adequação das entregas conforme o cronograma definido pela nutricionista responsável.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Da sustentabilidade

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

Conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotando critérios e práticas de sustentabilidade, em especial aqueles estabelecidos no **art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012**, dentre os quais destacam-se:

- a) Preferência por alimentos produzidos localmente, reduzindo a necessidade de transporte e o impacto ambiental associado;
- b) Utilização de práticas agrícolas sustentáveis, que minimizem o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, promovendo a conservação do solo e da água;
- c) Preferência por alimentos orgânicos ou com certificação de origem sustentável, que garantam a ausência de contaminantes e promovam a saúde do consumidor;
- d) Uso de embalagens sustentáveis, recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, minimizando o impacto ambiental;
- e) Redução de desperdícios na cadeia produtiva e no processo de distribuição, incentivando a utilização integral dos alimentos;
- f) Promoção da biodiversidade e da preservação de espécies nativas por meio de práticas agrícolas ambientalmente responsáveis;
- g) Garantia de que os alimentos não contenham substâncias químicas perigosas e que a produção respeite as normas de segurança alimentar e ambiental.

5.1.1.2. Com o propósito de contribuir para a implementação de políticas voltadas à mitigação dos impactos ambientais e à preservação dos recursos naturais, bem como para a efetiva aplicação de critérios e ações socioambientais nas contratações públicas, a contratada deverá observar, quando aplicáveis aos gêneros alimentícios, os critérios de sustentabilidade elencados nos incisos do **art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG**, tais como:

- a) Preferência por alimentos constituídos, no todo ou em parte, por ingredientes de origem sustentável, certificados por entidades reconhecidas;
- b) Garantia de que os alimentos sejam produzidos conforme boas práticas ambientais, com uso eficiente de água e energia;
- c) Utilização de embalagens sustentáveis, minimizando o volume e priorizando materiais recicláveis que assegurem proteção adequada durante transporte e armazenamento.

Parágrafo único: Os critérios de sustentabilidade deverão ser observados sempre que aplicáveis e quando houver disponibilidade no mercado

5.1.2. Da exigência de amostra

5.1.2.1. Não será exigida a apresentação de amostra.

5.1.3. Da exigência de carta de solidariedade

5.1.3.1. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida **Carta de Solidariedade** emitida pelo fabricante, assegurando a execução do contrato.

5.1.4. Da subcontratação

5.1.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.5. Da garantia contratual

5.1.5.1. Não haverá exigência de prestação de garantia contratual, nos termos dos **arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. As parcelas serão entregues conforme os prazos e condições a seguir:

6.1.1. Considerando a capacidade de armazenamento da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso e a natureza dos itens — alguns com curta validade —, a entrega deverá ocorrer de forma parcelada, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Cronograma de Entregas por Item

Categoria	Item	Descrição do Produto	Unid.	Periodicidade da Entrega	Observação
Estocáveis	1	Chocolate em pó tradicional, solúvel, embalagem de 200g	Pacote	Mensal	Entregas únicas mensais, conforme consumo e capacidade de estoque.
	2	Pão integral de forma, fatiado, 500g	Pacote	Semanal	Entregas fracionadas, conforme demanda e validade.
Panificação	3	Pão sem glúten e sem lactose, fatiado, 500g	Pacote	Semanal	Entregas fracionadas, conforme demanda e validade.
	4	Pão de forma refinado, de leite, fatiado, 500g	Pacote	Semanal	Entregas fracionadas, conforme demanda e validade.
	5	Pão francês, peso mínimo 50g/unidade	Quilo	Diária	Entregas diárias, em função da perecibilidade

					e do consumo diário.
	6	Pão tipo brioche, 300g	Pacote	Semanal	Entregas fracionadas, conforme demanda e validade.
	7	Pão doce bisnaga, cobertura creme, 50g/unidade	Quilo	Semanal	Entregas fracionadas, conforme demanda e validade.
Proteína	8	Carne bovina - patinho - moída	Quilo	Semanal, garantindo no mínimo 5 entregas mensais.	Necessitam de entregas semanais , com mínimo de 5 fornecimentos durante o mês , devido à capacidade limitada de armazenamento refrigerado e ao risco de perdas por validade. Entregas fracionadas atendem ao consumo constante nas refeições principais (almoço e jantar).
	9	Carne bovina - patinho - bife	Quilo		
	10	Carne bovina - lagarto plano	Quilo		
	11	Carne bovina - músculo - cubos	Quilo		
	12	Carne salgada	Quilo		
	13	Carne ave - coxa sobrecoxa	Quilo		
	14	Carne ave - peito	Quilo		
	15	Carne suína -lombo	Quilo		
	16	Peixe - filé de peixe	Quilo		

6.1.2. O fornecimento ocorrerá conforme cronograma disposto pela **Nutricionista responsável**.

6.1.3. O referido cronograma será encaminhado via **e-mail**, fornecido pela(s) vencedora(s) no ato de apresentação das propostas.

6.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões com **7 (sete) dias de antecedência**, ressalvadas situações de **caso fortuito ou força maior**.

6.2. Recebimento dos bens

6.2.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no prazo de **2 (dois) dias**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência e da proposta.

6.2.2. Os bens poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, caso estejam em desacordo com as especificações, devendo ser **substituídos em 2 (dois) dias**, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.2.3. O recebimento será realizado **definitivamente em 2 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **termo detalhado**.

6.2.4. Caso a verificação não ocorra dentro do prazo, o recebimento será considerado **efetivado automaticamente** no último dia do prazo.

6.2.5. O recebimento provisório ou definitivo **não exclui a responsabilidade civil ou ética-profissional** da contratada pela correta execução do contrato.

- **Endereço:** Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – CAIVS, Rua Itajubá s/n, Vargem Grande – Cônego, Nova Friburgo/RJ
- **Horário:** Segunda a sexta-feira, das **09h às 16h**.

6.3. Produtos perecíveis

- O prazo de validade dos produtos perecíveis, na data da entrega, **não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.**
- O recebimento seguirá os procedimentos descritos nos subitens 6.2.1 a 6.2.5.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.3.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica.

7.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, conforme capítulo VI do título III da Lei nº 14.133/21.

7.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados, antes da execução do objeto, agentes públicos: gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.

7.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente.

7.12 O(s) fiscal(is) designado(s) deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

7.15 Obrigações da CONTRATANTE:

7.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

7.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item de Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como no instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DE SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

8.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

8.3 Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no ANEXO I de Contratação Direta.

8.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê a proibição de contratar com o Poder Público em caso de improbidade administrativa.

8.6 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

8.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a documentação atualizada.

8.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e quando comprovadamente emitidos somente em nome da matriz.

8.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14 Para fins de contratação, o fornecedor deverá comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.15 Habilitação Jurídica:

8.15.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.15.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.15.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77 de 18 de março de 2020;

8.15.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.15.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.15.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.15.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.15.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.15.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.16 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.16.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.16.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual - prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.16.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei

8.16.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.16.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.7 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.- prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.16.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16.9 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

8.16.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021)

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade	Fundo Municipal de Assistência Social
Fonte de recurso	1660
Programa de trabalho	32.003.08.245.1034.2.217
Elemento de despesa:	3390.30 - 14

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

10.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrangem as Contribuições Sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual – CND – referente ao ICMS.

10.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para possibilitar ao CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

10.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima será contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo vencedor do certame deverá ser acompanhada da planilha de custos e formação de preços.

11.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora, auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial pela Nutricionista Débora Perçu Martins, mat.: 302.389.

Nova Friburgo/RJ, 19 de janeiro de 2026.

UNIDADE REQUISITANTE:	ELABORADORA SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UNIDADE REQUISITANTE ATRAVÉS DO DFD / APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
<div data-bbox="183 651 778 763">Amélia Cristina Domingues Fernandes Coordenação da Casa de Acolhimento Vila Sorriso Mat.: 115.162</div> <div data-bbox="231 860 730 972">Débora Perçu Martins Nutricionista - CAIVS Mat.: 302.389</div> <div data-bbox="247 1039 715 1144">Rosângela Caterina Cassano Gerente de Proteção Social Especial Mat.:199.059</div>	<div data-bbox="933 651 1276 757">Antonio Carlos Sant Ana Assessor Nível Intermediário Mat. 207.630</div> <div data-bbox="810 860 1396 1003"><div data-bbox="986 860 1220 898">Visto e revisado por</div>Monara Tavares da Silva Cunha Assessora Nível Superior de Apoio Administrativo Mat. 199.511</div>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518